



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO DE GEOGRAFIA ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO A APRENDIZAGEM DA DOCÊNCIA

Jonas Ambrósio Hamud

jonashamud@gmail.com ¹

Resumo

Este texto, discute a importância dos projetos de extensão como forma de desenvolvimento de temáticas essenciais, mas ainda pouco discutidas na formação de licenciandos, especialmente a Licenciatura em Geografia da UFSC. A partir da identificação destas necessidades, surgiu o Projeto de extensão denominado 'Aprendizagem da Docência' (PAD), que, de forma colaborativa, organizou 36 atividades formativas ao longo de 2018. Dentre os diversos cursos e oficinas, uma grande parcela foi voltado para a inclusão escolar de pessoas com deficiências: flexibilização curricular, autismo, superdotação, deficiência intelectual, foram alguns dos temas trabalhados. O projeto foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ensino de Geografia (NEPEGeo), mas era aberto para todas as áreas das ciências da educação, abrangendo não apenas alunos da universidade a qual o projeto é vinculado, mas alcançando outras instituições de ensino superior e também cursos que não são voltados para a licenciatura. No que tange, à Geografia, foram abordados temas e metodologias de ensino para uma escola inclusiva.

Palavras-chave: Formação de Professores, Geografia, Educação Inclusiva

Introdução

Este trabalho relata as atividades formativas organizadas pelo Projeto de Extensão Aprendizagem da Docência (PAD). Este projeto organizou palestras e oficinas visando inserir a educação inclusiva na formação do professor de Geografia da UFSC. É sabido que, o número de estudantes que necessitam de algum tipo de auxílio aumenta exponencialmente, na

¹ Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Bolsista de extensão no Projeto Aprendizagem da Docência-PAD, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas no Ensino de Geografia-NEPEGeo. Este projeto de extensão é coordenado pela professora Kalina Salaib Springer, a qual agradeço pelas orientações e leitura crítica deste texto.

medida em que a legislação educacional sobre o tema é respeitada, obrigando instituições escolares a aceitarem estes estudantes.

Diante deste cenário, é essencial que a formação de professores inclua estas temáticas em seus currículos, melhor preparando o futuro profissional para o trabalho com estes sujeitos. Assim, este trabalho abordará o PAD como uma das formas possíveis para inclusão destas temáticas na formação dos professores de Geografia, e também outras áreas, de modo a minimizar este déficit na Formação Inicial.

Levando isto em consideração, o presente artigo será dividido nas seguintes partes: a) Projetos de extensão e sua contextualização histórica b) Geografia e a inclusão; mostrando como a geografia aborda a inclusão no ensino, em um primeiro momento relatando a geografia no ensino e como ela entra na inclusão. c) Educação inclusiva no PAD; a partir dos eventos ocorridos em prol da formação inicial e continuada dos docentes. d) Considerações finais

Projetos de Extensão

Originando-se na Inglaterra, por volta do século XIX a extensão universitária teve como objetivo inicial disseminar o conhecimento de dentro da academia para a sociedade. Com a revolução industrial a todo vapor, o propósito era auxiliar a produção industrial por meio de prestação de serviço. Nesta concepção as universidades eram detentoras únicas do conhecimento, pois não se considerava o conhecimento vivido pela população. Com o surgimento das Universidades Populares, a forma que ocorria o extensionismo universitário foi se transformando, onde passam a difundir as concepções de educação, sendo o intuito agora de constituir uma sociedade mais justa (Santos, 2016).

As instituições de ensino superior passaram a oferecer projetos de extensão para os seus membros, tanto graduandos como professores, no qual se torna de extrema importância, desencadeando, processos de desenvolvimento, não só em sua formação inicial, mas também ao longo de sua vida profissional. Trazendo assim um retorno tanto para as instituições como também para a sociedade com produtos originados desses projetos.



São poucos os que têm acesso às informações que se produz dentro das universidades, por consequência disso, a extensão universitária é fundamental para estreitar esse vínculo. Em decorrência disso, uma das principais funções sociais de instituições superiores é a de colaborar com a sociedade na resolução de questões sociais variadas.

A universidade, através da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio. A extensão universitária deve funcionar como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e também aprende com o saber dessas comunidades. (SCHEIDEMANTEL; KLEIN; TEIXEIRA, 2004, p.2).

A formação do professor de Geografia e a inclusão

No âmbito da formação de professores de geografia, a inclusão de alunos com deficiência é um tema ainda carente nos currículos universitários. Mas, para entrarmos nessa discussão, vamos falar primeiro sobre a educação inclusiva. A partir de 1980 se defendia a inserção de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino. Para isso, foram disponibilizados diferentes tipos de atendimento ao longo da trajetória escolar dessas pessoas. Na prática da integração, entendia-se que à escola deveria atender os alunos com quaisquer tipos de deficiência, com o dever de oferecer situações individualizadas em que o aluno pudesse aprender e também adaptar-se à estrutura existente (BATISTA JR, 2008).

Segundo Glat apud e Pletsch (2004), Ferreira (2003), utilizando-se da *declaração de Salamanca* (UNESCO, 1994), considera escola inclusiva aquela que reconhece e satisfaz as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos... A escola inclusiva não é apenas aquela que faz as adaptações necessárias demandadas para os alunos deficientes, mas sim aquela que dá conta dos seus diversos tipos de alunos.

Assim, a educação inclusiva é hoje uma das principais diretrizes do ensino regular e ampara-se em legislações e políticas públicas em todos os níveis e modalidades de ensino. O aluno que tem algum tipo de necessidade educativa, tem o direito de frequentar e participar das atividades educacionais do sistema de ensino regular. E, cabe ao professor, adaptar conteúdos e metodologias de modo que, este sujeito, seja efetivamente incluído no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, dentro dos cursos de graduação da UFSC, são poucos os que têm disciplinas voltadas para a inclusão, um exemplo é o curso de Geografia da UFSC², que tem apenas a disciplina *Língua Brasileira de Sinais* como obrigatória em seu currículo de graduação, sendo apenas o básico da segunda língua oficial do país. Vale salientar que a comunidade Surda não se vê como indivíduos que têm algum tipo de deficiência.

E, para além do déficit na formação inicial, é preciso considerar a realidade escolar de modo a garantir formação continuada a estes profissionais. Formação esta que atenda as especificidades dos sujeitos-alunos considerando seus espaços e tempos particulares. Tanto formação inicial, como formação continuada se materializam por meio do desenvolvimento de projetos de extensão.

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Jº2, DE 1º DE JULHO DE 2015, p. 13, 2015).

Na *Política Nacional de Educação Especial* elaborada em 1994 (MEC/SEESP, 1994), o MEC estabelece como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiências, e dar prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração (GLAT, PLETSCHE, 2004).

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve ser dada pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Jº2, DE 1º DE JULHO DE 2015, p. 14, 2015).

O atendimento educacional especializado se insere dentro da Política Nacional de Educação Especial. Esta legislação aponta que terá atendimento especializado aquele que tem necessidades específicas de aprendizagens curriculares, diferenciadas dos alunos do ensino regular e que requeiram recursos pedagógicos diferenciados e metodologias

² Universidade Federal de Santa Catarina



específicas, enquadrando-se assim os alunos com deficiência, alunos com condutas típicas e alunos com superdotação/altas habilidades. Todos os alunos têm o direito de receber a educação básica, portanto o discente que se enquadra na educação inclusiva tem o direito de recebê-la, com aulas adaptadas, metodologias novas, a partir do professor regular capacitado ou auxílio de professores desta área para essas especificidades.

Para que o processo de inclusão possa ser direcionado ao atendimento eficaz dos alunos que apresentam necessidades especiais, no atual modelo escolar brasileiro, devemos repensar a escola e suas práticas pedagógicas, visando o benefício de alunos e professores. É preciso organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que facilitem a implementação desta proposta. (FRIAS, p.14, 2008).

Educação Inclusiva no PAD

Trazendo as necessidades da educação básica para dentro da academia, o NEPEGeo iniciou o Projeto de Extensão denominado Aprendizagem da Docência-PAD, que oferece palestras, oficinas e cursos para licenciandos, professores e gestores da educação básica de todas as áreas do conhecimento. Abordando temáticas variadas e inovadoras, o Projeto busca superar os desafios presentes no cotidiano escolar, conectando formação e trabalho docente. (PAD, 2018).

O projeto é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (NEPEGeo), vinculado ao CFH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas) e CED (Centro de Ciências da Educação) da UFSC. O núcleo articula atividades de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo suporte teórico e metodológico à formação de professores de geografia. Para a concretização do projeto nosso núcleo realiza parcerias com outros projetos, instituições,

núcleos, laboratórios: Projeto Práticas Inclusivas nas escolas³, COAMAR⁴, LIFE⁵, LabTATE⁶, NEPRE⁷, IEE⁸.

No ano de 2018, o PAD ofereceu 36 eventos, sendo 35 oficinas/minicursos e 1 palestra, totalizando 130 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ACC). Apenas a primeira oficina foi realizada fora da UFSC, ocorrendo no Instituto Estadual de Educação de Florianópolis, os demais foram dentro da universidade. O projeto teve 515 inscrições, sendo graduandos das diversas áreas de licenciatura, professores e gestores das redes públicas, privadas e interessados pela temática. As discussões permearam temas como: reformas curriculares atuais, inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, educação étnico-racial, prevenção à violência, metodologias e recursos didático-pedagógico, entre outros.

Entre os temas discutidos durante as formações, abordaremos aqui, especificamente a educação inclusiva. Das 36 atividades formativas, 17 discutiram questões relacionadas à inclusão: autismo, educação surda, deficiência visual, altas habilidades, produção de recursos inclusivos e paralisia cerebral. Tratando de metodologias de ensino, compartilhamento de experiências do cotidiano escolar, principalmente nessa área inclusiva. Focando nos eventos que trouxeram novas metodologias de ensino, novas práticas para adaptar as aulas, na questão da inclusão, mencionamos as pesquisas e trabalhos realizados pelo Laboratório de Cartografia Tátil Escolar-LabTate (2006), onde desenvolveu-se um padrão cartográfico tátil de referência intitulado de “*Metodologia Labtate*”, na qual recursos táteis e escolares são produzidos no

³ O projeto ‘Práticas inclusivas nas escolas’ oferece cursos de capacitação para uma prática pedagógica inclusiva e tem como objetivo promover a capacitação de bolsistas de acessibilidade, estagiários do Colégio de Aplicação e acadêmicos dos cursos de Licenciatura da UFSC para atuar dentro de uma prática pedagógica inclusiva no âmbito escolar.

⁴ O projeto intitulado “Organização, Criação e Adaptação de Materiais e Recursos Pedagógicos para estudantes da Educação Especial do CA/UFSC” tem como objetivo a criação e organização de um acervo de materiais, recursos e atividades pedagógicas destinados ao público-alvo da Educação Especial.

⁵ O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE-UFSC) se constitui como um espaço cujo enfoque interdisciplinar destina-se a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores.

⁶ O laboratório de cartografia tátil se constitui como um espaço físico com equipamentos e instrumental adequado à pesquisa e desenvolvimento de materiais didáticos táteis ou não.

⁷ O NEPRE foi fundado entre as décadas de 1980 e 1990 sendo estruturado na Secretaria de Estado da Educação (NEPRE/SED), nas gerências (NEPRE/GEREDs) e nas Escolas da Rede Pública Estadual estando alinhado ao Plano Estadual de Educação, Proposta Curricular de Santa Catarina e as demais legislações vigentes.

⁸ Instituto Estadual de Educação do Município de Florianópolis-SC



laboratório e são oferecidos cursos de capacitação para os professores, como por exemplo a produção de mapas e globos táteis e mapas de coordenadas.

A partir da *Metodologia Labtate*, possibilitou-se que, conceitos basilares da Geografia como o de paisagem, sejam ensinados para um aluno com deficiência visual. A partir disso ocorreu a oficina Mapas táteis como recurso didático para o ensino inclusivo de Geografia, que teve como objetivo proporcionar um momento de discussão acerca da deficiência visual e o ensino de Geografia para deficientes visuais, discutindo metodologias de ensino por um viés de uma educação inclusiva. Nesta perspectiva discutiu-se acerca da inclusão de deficientes visuais em uma sala de aula regular, apresentamos recursos didáticos adaptados para serem utilizados por estudantes com deficiência visual e suas potencialidades de uso.

Nesta oficina, os participantes confeccionaram seus próprios mapas táteis da Região Sul, seguindo as orientações de confecção propostas na Metodologia LabTATE (PAD, 2018). Uma das referências utilizadas no curso foi a obra '*Motivações Hodiernas Para Ensinar Geografia: Representações do Espaço Para Visuais e Invisuais*⁹'.

Já, a oficina *Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em Geografia*, abordou não apenas a Geografia, mas as demais áreas da educação, as ministrantes eram professoras desta categoria na rede de Florianópolis e relataram alguns dos trabalhos que professores requisitaram para adaptar suas aulas. Entretanto, muitos esquecem que estes professores estão presentes nas escolas para auxiliá-los, portanto não pedem materiais ou recursos para suas aulas, sendo assim, um trabalho grande ainda a ser feito, de conscientizar os professores que isso é de extrema importância e que eles não estão sozinhos.

Os segundos professores, são responsáveis pelo atendimento às pessoas com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e Altas Habilidades/Superdotação, no âmbito da escola, onde esses tem alguns objetivos a serem cumpridos, mas eles não são os professores de fato do aluno especial, ele está ali para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem do professor e o aluno (SED/SC).

Assim, as oficinas de inclusão permearam discussões como: a reflexão sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e o ensino de geografia para os

⁹ NOGUEIRA, R. E., (2009). *Motivações Hodiernas Para Ensinar Geografia: Representações do Espaço Para Visuais e Invisuais*. Nova letra: Gráfica & Editora, Florianópolis.

estudantes com deficiência, ocorrendo diálogos e trocas de experiências relacionadas à inclusão na Educação Básica e Superior de modo, a evidenciar quais os desafios do cotidiano e as suas reais possibilidades na prática escolar inclusiva e no contexto universitário dos acadêmicos da UFSC. Abordou-se também a caracterização dos alunos com altas habilidades/superdotação e também da comunidade surda: como tratá-los em relação a uma turma de ouvintes e as legislações que os amparam.

Um dos assuntos tratados também foi a deficiência visual, tratando da construção de recursos didáticos para os deficientes visuais. As últimas oficinas trataram sobre deficiência física e paralisia cerebral, contando com toda a experiência vivenciada pelas ministrantes do curso, o mesmo para a oficina que abordou o autismo, essa que propôs desmistificar preconceitos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, em relação a ambientes como: escola, família e a questão social. Com o apoio do projeto de extensão intitulado '*Organização, Adaptação e Criação de Materiais e Recursos Pedagógicos para Estudantes com Deficiência do Colégio de Aplicação/UFSC*', ocorreu uma oficina que instruiu os participantes na confecção de jogos, materiais e recursos direcionados aos estudantes com deficiência da Educação Básica. (PAD, 2018)

Na direção de uma prática pedagógica mais significativa e que também proporcione uma compreensão da dinâmica do processo de construção do espaço, é preciso fazer da geografia uma disciplina interessante, que tenha a ver com a vida e não apenas com os dados que parecem distantes da realidade. (PAD, 2018). A partir disso, ocorreu a oficina para ensino de Geografia intitulado "*O uso do Google Maps como recurso didático para cartografia escolar*", entrando no ensino regular, mas não saindo do inclusivo. Assim, a oficina teve o objetivo instrumentalizar os participantes com os recursos disponíveis no *Google Maps* e refletir novas possibilidades e necessidades de ensinar e aprender com essa tecnologia.

Diferentes concepções de análise geográfica estão imbuídas no uso dessa ferramenta e podem estar inseridos no processo de alfabetização cartográfica durante o ensino-aprendizagem escolar. A oficina trabalha uma temática interessante, mostrando a cartografia de modo simples, saindo do aspecto teórico expositivo de sala de aula, caminhando para a prática digital, fazendo com que o aluno se sinta atraído pelo assunto ministrado.



Para despertar o interesse cognitivo dos alunos, o professor deve atuar na mediação didática, o que implica investir no processo de reflexão sobre a contribuição da Geografia na vida cotidiana, sem perder de vista sua importância para uma análise crítica da realidade social e natural mais ampla. Nesse sentido, o papel diretivo do professor na condução do ensino está relacionado às suas decisões sobre o que ensinar, o que é prioritário ensinar em Geografia...(CAVALGANTI, p1, 2010).

Os participantes elaboram um mapa de um local conhecido, colocando pontos de interesse. O produto deveria apresentar os critérios padrões de um mapa, fazendo com que o ensino-aprendizagem acaba sendo exposto de forma prática e atrativa ao aluno. O fato aqui é que os professores estão constantemente preocupados como devem ensinar os seus conteúdos, buscando encontrar novos caminhos que possam propiciar o interesse coletivo dos alunos, assim essa oficina trouxe a espacialidade local e global para os participantes serem capazes de oferecer uma metodologia nova em suas aulas.

Os estudantes do curso de graduação em Geografia que participaram das oficinas de confecção do mapa tátil e do recurso disponível do Google Maps, ficaram fascinados com metodologias e práticas deste tipo. Entretanto, a construção destes, principalmente o do mapa tátil requer um tempo necessário que professor pode não ter. Nesse caso, é de grande valia a presença do segundo professor auxiliando o docente especialista a fazer aulas adaptadas, sendo um avanço no ensino da educação especial.

Considerações finais

A educação é a base, ou seja, o fundamento para o desenvolvimento de qualquer cidadão, portanto todos e todas tem o direito à educação de qualidade, incluindo a pessoa com deficiência, assim amparado por leis. Mas não apenas essas leis devem ser colocadas como instrumentos de inclusão, a atenção ao próximo, ao que é importante para cada um e em cada época específica de sua vida, assim respeitando seus momentos e as suas capacidades e necessidades são instrumentos que devem ser considerados também, como o PAD que tem o objetivo de sanar a falta dos cursos de atualização/capacitação dos professores. (TRIAS, 2008).

Essa inovação que o PAD propôs, mostra caminhos para que o docente venha a ter o interesse de lecionar, e também a autonomia em aperfeiçoar os seus estudos para ter assim um rendimento melhor não somente em sala de aula, mas também como uma pessoa

a quem os alunos desejam seguir, além de deixar suas aulas mais interativas, que possam fazer o estudante ter o desejo de frequentar a sala de aula e também pode contemplar todos os alunos com métodos de ensino inovadores. Esse projeto só é possível graças aos Projetos de Extensão e pessoas preocupadas com a formação dos docentes.

A importância da extensão universitária para a formação acadêmica está nas experiências que elas possibilitam para os discentes, já que permitem uma interação deles com as realidades sociais que os rodeiam, onde colocam em prática os conhecimentos do âmbito acadêmico tendo uma aproximação com o espaço profissional onde vão atuar como futuros educadores ou pesquisadores. (SANTOS, 2016, p. 5).

Os acadêmicos e graduados consideraram os assuntos pertinentes e necessários a serem discutidos e apresentados em sala de aula, porém o tempo para a realização de todos os eventos foi considerado curto: “foi pouco tempo para pensar e desenvolver metodologias mais eficientes de conversa (eficientes e divertidas)”. Todos os participantes elogiaram o Projeto Aprendizagem da Docência e disseram que gostariam de participar de mais oficinas, comentando que “foi uma experiência gratificante e que deveria ser mais explorada e abordada em Universidades, nós futuros professores, não temos nenhuma matéria que trate disso na Graduação. Peço que continuem com o Projeto para dar essa oportunidade para outros alunos também.” (PAD, 2018).

Diante deste fato, é perceptível que todo o professor necessita de uma formação continuada, buscando cursos de capacitação, palestras de ensino, obtendo a autonomia para essas funções, pois um professor sempre tem que manter-se atualizado. Porém, uma parcela grande dos professores trabalha em mais de uma escola, com uma carga horária elevada, faltando disponibilidade para eventos como estes. Assim, é necessário políticas públicas, incentivo das escolas, sociedade, oportunidades oferecidas por governos, prefeituras, para que o professor tenha um tempo exclusivo para tal formação.

Fica visível que os estudantes com deficiências necessitam uma atenção a mais dos professores e também da sociedade. As políticas públicas de inclusão têm crescido nos últimos anos, mas são pequenos passos diante de uma longa caminhada para chegar a uma equidade de ensino para os estudantes com deficiência no ensino regular.



Referências bibliográficas

CAVALGANTI, Lana de Sousa. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: Avanços, caminhos, alternativas. Belo Horizonte-MG: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento-Perspectivas Atuais. 2010.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, nº 29 ano 10, p. 3-8, 2004.

JÚNIOR, José Ribamar Lopes Batista. Pesquisas em Educação Inclusiva Questões Teóricas e Metodológicas. Pipa Comunicação, Recife, p. 33-35, 2016 Disponível em:<<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/livro-pesquisas-em-educacao-inclusiva.pdf>> Acesso em 04 abril 2019

LABTATE., (2006). Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar. Disponível em: <<http://www.labtate.ufsc.br/>> Acesso em: 23 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Conselho Nacional de Educação-Conselho Pleno; Resolução Nº2, de 1 de julho de 2015.

NOGUEIRA, R. E., Motivações Hodiernas Para Ensinar Geografia: Representações do Espaço Para Visuais e Invisuais. Nova letra: Gráfica & Editora, Florianópolis, 2009.

PAD., (2018). Projeto Aprendizagem da Docência. Disponível em: <<https://padnepegeo.wixsite.com/-pad>> Acesso em: 16 março 2019.

SANTOS, Karolina Guimarães. Formação em Geografia e extensão universitária: a importância do projeto “Roteiro Geo-Turístico” na formação acadêmica dos alunos de Geografia no Campus de Cametá. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos ENG: A construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia. 2016- São Luís-Maranhão. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467681194_ARQUIVO_Formacaoeextensao.pdf> Acesso em: 23 de março 2019.

SCHEIDEMANTEL, Sheila Elisa; KLEIN, R; TEIXEIRA, Lúcia Inês. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004 Disponível em <<https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos5.pdf>> Acesso em: 23 março 2019.

SED., (2013). Educação Especial. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/16997-educacao-especial>> Acesso em 23 mar. 2019.

TRIAS, Elzabel Maria Alberton. INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: contribuições ao professor do Ensino Regular <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> Acesso 29 mar. 2019